

Jovens no mercado de trabalho formal brasileiro: o que há de novo no ingresso dos ocupados?¹

Luís Abel da Silva Filho²
Fábio José Ferreira da Silva³
Silvana Nunes de Queiroz⁴

Resumo: Nos anos 1990, a alta taxa de desemprego fez parte da realidade do mercado de trabalho brasileiro. Nesse cenário, a mão de obra jovem foi a mais penalizada, ao deter os menores índices de empregabilidade, com a maioria ocupada na informalidade e auferindo baixos rendimentos. Contudo, durante a primeira década do século XXI, a dinâmica do mercado de trabalho nacional foi distinta da observada na década passada, especialmente a partir de 2004, com o aumento na criação de vagas formais. Diante disso, este artigo pretende verificar se a tendência de crescimento nos postos de trabalho no país foi acompanhada pelo mercado de trabalho juvenil e jovem. Para tanto, o recorte temporal compreende os anos de 1992, 2002 e 2012. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. Metodologicamente recorre-se a revisão de literatura acerca da inserção dos jovens nas atividades laborais, e, em seguida, apresenta-se o indicador utilizado na estimação da participação dos jovens (aquele com idade entre 14 e 24 anos) ocupados formalmente no Brasil. Os principais achados revelaram, entre os anos 1990 e 2000, piora no ingresso dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. A sua participação relativa nas vagas formais, em relação aos demais grupos populacionais, caiu acentuadamente. Além disso, mesmo com a melhora no seu nível educacional, constata-se diminuição no seu rendimento, com a grande maioria auferindo até 1 salário mínimo, ocupado em estabelecimentos de micro porte, notadamente no comércio, e com menos de um ano de emprego.

Palavras-chave: Brasil, Mercado de Trabalho Formal, Emprego Juvenil e Jovem.

¹ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Pesquisador Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – PROMOB/PNDR. abeleconomia@hotmail.com

³ Analista do Banco Central do Brasil. silva.fabio11@hotmail.com

⁴ Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Jovens no mercado de trabalho formal brasileiro: o que há de novo no ingresso dos ocupados?⁵

1. Considerações iniciais

O problema enfrentado pelos jovens no processo de entronização no mercado de trabalho brasileiro é registrado com mais vigor, a partir da década de 1990. O processo de reestruturação produtiva e as configurações nas relações de trabalho foram relativamente responsáveis pela desestruturação do emprego jovem no Brasil. Tais aspectos foram condicionados, sobretudo, pela elevação excessiva da informalidade no mercado de trabalho do país (NORONHA, 2003; ULYSSEA, 2006; CURI & MENEZES-FILHO, 2006; ULYSSEA, 2008).

Em alguns estudos acerca da participação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, é frequentemente observado elevada taxa de informalidade (POCHMANN, 2007; SILVA FILHO, 2011), alta taxa de rotatividade (CORSEUIL *et al.*, 2013; SILVA FILHO, 2012; SILVA FILHO & QUEIROZ, 2013), e redução relativa, embora levemente, da participação deles nos postos de trabalho formais, mesmo diante do aumento na formalidade do mercado de trabalho nacional, a partir de 2004 (QUEIROZ, 2013).

Desse modo, o quadro de relativa melhora no mercado de trabalho do país não foi suficiente para melhorar o desempenho dos jovens ocupados. Fatores como a informalidade, rotatividade e baixos salários caracterizaram os postos de trabalho daqueles com idade entre 15 e 24 anos (CORSEUIL *et al.*, 2013). Nesse sentido, a mão de obra nessa faixa etária ficou incólume às mudanças contínuas registrada no mercado de trabalho em anos recentes.

⁵ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014

Nessa conjuntura, quando se destaca o desemprego da força de trabalho jovem, fica evidente o problema enfrentado por essa mão de obra em um estágio de necessidade, no mais das vezes, de ocupação para ingressar e manterem-se em cursos de qualificação profissional. Destarte, a melhora da performance dos jovens nos postos de trabalho está diretamente relacionada a escolaridade, como forma de auferir e manter ocupações com maiores possibilidades de ascensão (POCHMANN, 2007; CORSEUIL *et al.*, 2013).

No Brasil, quando se observa as taxas de desempregos dos jovens, vê-se que é premente a necessidade de políticas de emprego para esse grupo específico. Ademais, o desemprego jovem em países em desenvolvimento, implica em um fator de forte influência para a marginalidade (POCHMANN, 2007). Assim, fazem-se necessárias ações relacionadas à criação e manutenção da força de trabalho aqui destacada, para que se possa, além de dar oportunidade de trabalho, conseguir evitar problemas de ordem social mais grave, com a violência.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo principal analisar o mercado de trabalho juvenil e jovem (idade entre 14 e 24 anos)⁶ no Brasil, daqueles inseridos nos postos de trabalho formais. Para atingir o objetivo proposto, o artigo encontra-se, assim estruturado: além destas considerações iniciais, a segunda seção aborda a participação de jovens no mercado de trabalho brasileiro; em seguida, na terceira seção, tecem-se as considerações metodológicas necessárias ao desenvolvimento do trabalho; na quarta seção, apresentam-se a variação do indicador de participação de jovens no mercado de trabalho formal brasileiro; em seguida, introduz-se o indicador de participação de jovens no mercado de trabalho, considerando-se a região de ocupação, setor de atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos; ademais, na sexta seção, apresenta-se a caracterização demográfica e

⁶ Considera-se como força de trabalho juvenil e jovem, aqueles com idade entre 14 a 24 anos.

socioeconômica dos jovens ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro; e, por último, na sétima seção, faz-se as considerações finais.

2. Jovens e mercado de trabalho no Brasil: algumas considerações

Há uma abordagem consensual na literatura acerca da redução da participação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro sob o regime de trabalho formal nas duas últimas décadas. Conforme estudos de Pochmann (2007), Corseuil *et al.*, (2003), Silva Filho & Clementino (2012), dentre outros, a participação de jovens no mercado de trabalho brasileiro vem crescendo sobremaneira em condições de trabalhos informal, com contratos temporários e marginalmente alheios ao regime de contratação instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Essas modificações na estrutura de trabalho para os jovens afetam parte da População Economicamente Ativa – PEA, que procuram no mercado de trabalho o amparo necessário às condições educacionais e a formação profissional em maior escala. A ausência de políticas ativas a essa parte da PEA, se traduz em um problema de magnitude relativamente ampla, quando se observa a necessidade urgente de ocupação para jovens em situações vulneráveis.

Conforme Pochmann (2007), o fracasso das ações políticas relacionadas à população jovem no Brasil pode aprofundar-se e limitar as possibilidades de ascensão social advinda do trabalho, definida pelo autor como “imobilidade social intrageracional”⁷. Nesse caso, a situação de precariedade, referente à mobilidade geracional, torna-se abstrata e reproduz a situação de pobreza.

A situação do jovem no Brasil é questionada do ponto de vista da participação deles no mercado de trabalho. No mais das vezes, os estudos limitam-se a abordar as taxas de desempregos, acentuadamente elevada, para tal mão de obra em detrimento das demais faixas

⁷ Ver Pochmann (2007).

etárias, bem como observar a informalidade do mercado de trabalho para essa parte da PEA, sem se deter as questões relacionadas à reprodução social, a partir da posição no mercado de trabalho.

É pertinente destacar que em um cenário de elevada rotatividade do emprego jovem, alta incidência de informalidade, redução relativa da formalidade, e elevada concentração de força de trabalho auferindo rendimentos nas mais baixas faixas salariais, constata-se a ausência e/ou baixa mobilidade social advinda do trabalho para a juventude brasileira.

Corseuil *et al.* (2013) mostram, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD que, em 2011, a taxa de desemprego de jovens com idade entre 15 e 24 anos era de 16,3%. Silva Filho (2011), usando dados da PNAD, registrou taxa de desemprego elevada em áreas metropolitanas do Nordeste. Para a PEA com faixa etária entre 15 e 24 anos, a saber: Fortaleza (22,7%), Recife (26,9%) e Salvador (28,1%), em 2001. Mas, em 2008, segundo o autor, reduziram-se na metropolitana de Fortaleza (19,8%) e elevaram-se na grande Recife (31,9%) e Salvador (29,8%).

Conforme Silva Filho (2011), os registros são mais reveladores quando observa-se a condição de ocupação. Na metropolitana de Fortaleza, a participação de ocupados sem proteção no trabalho foi de 67,5%, em 2001, e, 64,3%, em 2008. Na grande Recife registraram-se 65,9% no primeiro e 59,6% no segundo ano. Ademais, a metropolitana de Salvador registrou 61,1% e 58,3%, em 2001 e 2008, respectivamente. Isso, considerando-se os ocupados com idade entre 15 e 24 anos. Para os demais grupos etários a formalidade foi mais intensa no mercado de trabalho.

Adicionalmente, destaque-se que, mesmo com a leve redução nessas regiões metropolitanas, a participação relativa de ocupados jovens com vínculos formais de trabalhos tem se reduzindo em relação as demais faixas etárias. Além do mais, pode-se acrescentar que há registros de melhoria educacional da força de trabalho jovem, sem, contudo, ser seguida

pela maior participação de ocupados auferindo rendimentos nas melhores faixas de remuneração.

No que se refere à rotatividade, Corseuil *et al.* (2013) observaram alta taxa de rotatividade para jovens com idade entre 15 e 24 anos, considerando os postos formais de trabalho. Para os autores, as elevadas taxas de rotatividade comprometem o desenvolvimento de habilidades e experiências de trabalho que, em longo prazo, reduzem suas possibilidades de construção de carreiras sólidas com aumento da produtividade e dos salários.

Silva Filho (2012) usando dados da RAIS/MTE registrou alta taxa de rotatividade no mercado de trabalho formal brasileiro. Conforme o autor, 34,2% dos ocupados formais no Brasil deixaram seus postos de trabalho em menos de 1 ano, em 2010. Ademais, as taxas de rotatividade (movimento de entrada e saída) foram absurdamente elevadas para a população ocupada nas faixas etárias de até 17 anos e entre 18 e 24⁸.

Em setores de atividade econômica como a construção civil, acentuou-se ainda mais a rotatividade nos postos de trabalho para a mão de obra com idade de até 24 anos. Silva Filho e Queiroz (2013) mostram que nesse setor, o movimento de entrada e saída é altamente intenso, fazendo com que a rotatividade fosse de 284% para aqueles com idade de até 17 anos e de 257% para aqueles com idade entre 18 e 24 anos, em 2010.

Diante disso, vê-se que, em vários aspectos, o mercado de trabalho brasileiro para os jovens tem se mostrado hostil. São elevadas taxas de desemprego aberto, altos índices de informalidade, acentuadas taxas rotatividade em todos os setores de atividade econômica, e baixa remuneração média para a força de trabalho jovem ocupada.

3. Procedimentos metodológicos

⁸ Para melhor entendimento, ver Silva Filho (2012).

A produção teórica acerca do emprego juvenil e jovem no Brasil é relativamente abundante nos anos de 1990. E nos anos 2000, a temática não ficou incólume à produção científica nacional. Muitos são os trabalhos que observam o comportamento do mercado de trabalho brasileiro para a mão de obra juvenil e jovem, em todos os seus aspectos. Alguns estudos tratam do desemprego, outros da precariedade, outros abordam a informalidade, contemplando, destarte, toda a investigação acerca de tal problemática.

Nesse contexto, o desafio deste estudo é fazer uma análise do emprego formal dos jovens brasileiros, definido com idade de 14 até 24 anos. A limitação do estudo está no fato de contemplar apenas a formalidade. Todavia, é intenção observar apenas o trabalho sob tal natureza, haja vista que é ele o mais demandado pela População Economicamente Ativa do país.

Além disso, são os postos formais de trabalho que condicionam as melhores oportunidades à força de trabalho neles ocupados. Destarte, destaque-se que a delimitação do espaço geográfico está relacionada ao território brasileiro, e o recorte temporal compreende os anos de 1992, 2002 e 2012. O intervalo de tempo permite observar possíveis efeitos da dinâmica da economia mundial e brasileira, sobre o trabalho da PEA formalmente ocupada, com a idade entre 14-24 anos.

Desta feita, utiliza-se de indicadores simples, porém oportunos, já que a intenção é mostrar a participação do grupo i sob a participação total de ocupados no mercado formal de trabalho brasileiro. Sendo i o grupo em observação (jovens), tem-se j o setor observado ao longo do tempo t .

Destarte, para se observar o comportamento do grupo sobre os ocupados totais, tem-se que:

$$Ip_{ij}^t = \left[\left(\frac{g_{ij}^t}{Gt_j^t} \right) \right] \quad (1)$$

Onde,

Ip_{ij}^t = índice de participação do grupo i no setor j no tempo t , em que j assume o setor formal do mercado de trabalho brasileiro;

g_{ij}^t = representa o grupo de indivíduos no tempo

Gt_j^t = todos os indivíduos ocupados formalmente no mercado de trabalho brasileiro.

Para a interpretação do índice, definem-se algumas suposições teóricas acerca das variáveis selecionadas. Destarte, quanto maior g_{ij}^t : nas melhores faixas de remuneração; nos setores de atividade econômica de melhor projeção social; com os mais elevados níveis de escolaridade; permanência por mais tempo em seus postos de trabalho; em estabelecimentos de grande porte; melhor. O caso contrário será pior.

Destaque-se que o valor do índice varia entre 0 e 1, e a situação em que quanto maior, melhor.

Adicionalmente, pretende-se observar o comportamento ao longo dos anos, a partir da variação do grupo em relação ao total de ocupados no setor formal brasileiro. A expressão seguinte representa tal situação:

$$\alpha_r^j = \left[\left(\frac{g_{ij}^{tf} / g_{ij}^{ti}}{Gt_{if}^t / Gt_{ji}^t} \right) \right] \quad (2)$$

Em que,

α_T^i = variação da participação do grupo i no tempo t .

$\frac{g_{ij}^{tf}}{G_{jf}^t}$ = participação do grupo i sobre o setor total j no final do período em observação;

$\frac{g_{ij}^{ti}}{G_{ji}^t}$ = participação do grupo i sobre o setor total j no início do período em observação.

A partir daí, é possível observarmos o comportamento da força de trabalho ocupada formalmente no Brasil, com idade entre 14 e 24 anos, nos anos de 1992, 2002 e 2012. Ademais, observar a variação permite acompanhar o desempenho do grupo específico sobre o total, além de identificar o perfil social e demográfico do jovem ocupado no Brasil.

4. Variação do indicador de participação dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro – 1992/2002/2012.

Com base na abordagem anteriormente apresentada, torna-se oportuno observar a variação do índice de participação dos jovens ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro, a partir da região de ocupação. Conforme plotado no Gráfico 1, observa-se que com exceção do Nordeste, em que se registou variação positiva entre 1992/2002, as demais regiões, em todos os períodos analisados, apresentaram variação negativa. Ademais, cabe destacar a intensidade da variação, com exceção da região Nordeste, as demais apresentaram intensa variação negativa nos três momentos em análise, com destaque para o período de 2002/2012.

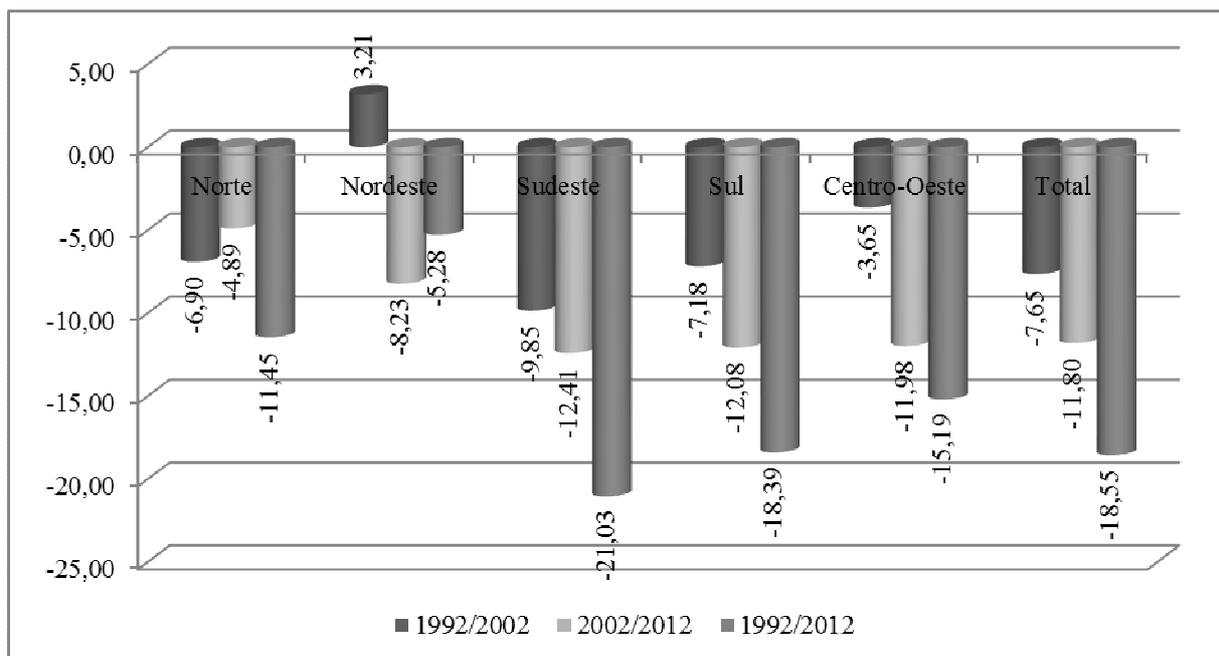


Gráfico 1: Variação do índice de participação relativa dos jovens ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo grandes regiões – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Destarte, os dados sugerem que a intensidade com que os jovens deixaram de participar no mercado formal de trabalho nas regiões Sudeste e Sul foi sobremaneira acentuada em relação às demais. De um lado, isso se deve ao melhor desempenho econômico das regiões em questão e, conseqüentemente aponta para a menor necessidade dos jovens ingressarem no mercado de trabalho mais cedo, optando por mais tempo na escola/Universidade; por outro lado, pode ser reflexo da maior exigência profissional, selecionando os jovens ‘mais instruídos’.

Em relação ao setor de atividade econômica, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2, somente no setor de serviços industriais de utilidade pública foi registrado variação positiva do indicador de participação relativa de ocupados jovens no Brasil. Além do mais, a variação foi mais acentuada de 1992 a 2002. No último (2002/2012) recorte houve variação positiva, mas em menor magnitude quando comparado ao primeiro intervalo em observação.

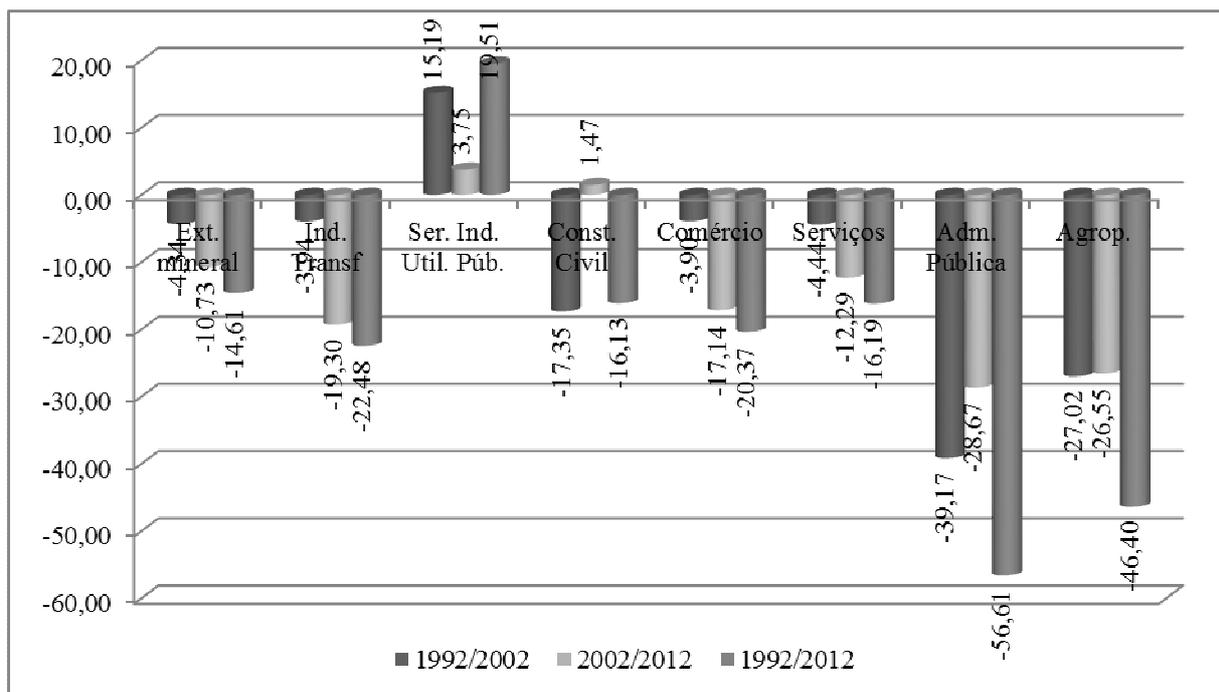


Gráfico 2: Variação do índice de participação relativa dos jovens ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo setores de atividade econômica – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

As maiores taxas de variação negativa foram observadas na administração pública e na agropecuária brasileira. Nesses setores, a queda do índice de participação relativa de jovens ocupados foi relativamente alta quando se observa os recortes em questão. No caso da administração pública, essa queda implica em perda de posição de ocupados jovens em postos de trabalhos de qualidade inquestionável, em relação às demais atividades em tela. Já na agropecuária, em sua maioria, caracterizada por condições precárias de trabalho, isso traduz em alívio para parte da população jovem que trabalhavam no setor.

5. Indicador de Participação de Jovens no Mercado de trabalho segundo a região, setor e o porte dos estabelecimentos: Brasil – 1992/2002/2012.

No que se refere ao índice de participação de ocupados segundo as cinco grandes regiões brasileiras, os dados do Gráfico 3 mostram, em todos os intervalos observados, maior incidência de trabalhadores jovens ocupados formalmente na região Sul e Centro-Oeste. É conveniente destacar que, com exceção do Nordeste, no ano de 2002, o índice de participação relativa mostra redução em relação aos demais anos e nas demais áreas em estudo.

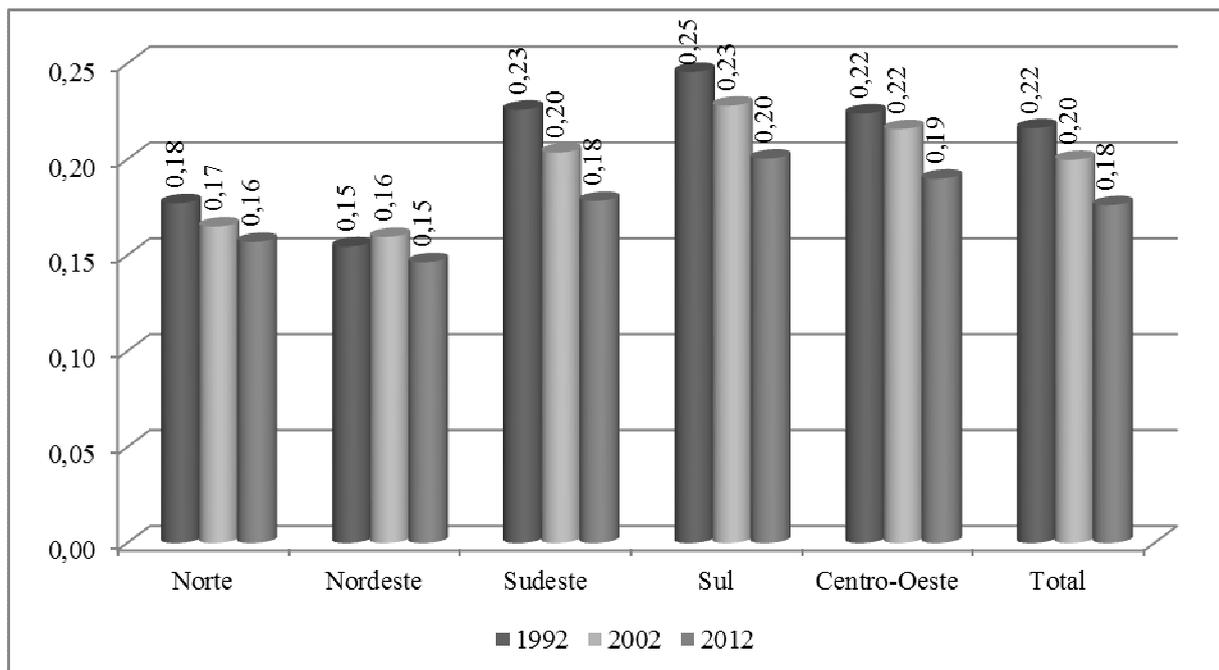


Gráfico 3: Indicador de participação relativa dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo grandes regiões – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Na região Sul, o índice era de 0,25 em 1992, e reduziu para 0,20 em 2012. Ademais, cabe destacar que, em 2012, a região Nordeste apresenta a menor incidência de jovens ocupados formalmente (0,15)⁹, seguida da região Norte (0,16). A baixa participação de jovens ocupados formalmente numa região pobre é preocupante. A inclusão dessa força de trabalho em atividade formal garante, no mínimo, melhores condições de trabalho, através do contrato formal e seguro desemprego, na situação de desemprego.

Conforme Silva Filho (2011), a incidência de informalidade no mercado de trabalho brasileiro é acentuada para os jovens residente nas metrópoles do Nordeste, em detrimento das demais. Nesse cenário, a baixa incidência na formalidade da região, denuncia a situação degradante de vínculos sob condições informais ou há não inserção de jovens no mercado de trabalho, devido à baixa qualificação de sua mão de obra.

Além do mais, em todo o país, a queda da participação de jovens ocupados formalmente foi em torno de 2,0%, entre os intervalos de tempo, somando-se a queda de 4,0

⁹ O índice varia numa escala de 0 a 1. Quanto maior o valor, maior a incidência de jovens com idade entre 14 e 24 anos, ocupada formalmente em relação à força de trabalho total ocupada na mesma região.

pontos percentuais de 1992 a 2012. Dados relevantes, quando se considera o mercado de trabalho formal, como o mais importante para o desenvolvimento das atividades laborais da força de trabalho brasileira (Gráfico 3).

No que se refere ao setor de atividade econômica, é possível observar no Gráfico 4 que o comércio é detentor da maior incidência de participação de jovens ocupados formalmente, no Brasil, em todos os anos em tela. As menores incidências foram registradas nos setores de serviços industriais de utilidade pública (0,07), no ano de 1992, e na administração pública nos anos de 2002 (0,06) e 2012 (0,04).

No comércio, mesmo com a queda constante na sua participação, registraram-se índice de 0,36, em 1992, 0,35, em 2002, e, 0,29, em 2012. Já a indústria de transformação, manteve a segunda colocação, com exceção do ano de 1992, em que a agropecuária registrou índice de 0,28, sendo ele o segundo entre os setores em apreço. A indústria de transformação manteve a segunda colocação nos anos de 2002 (0,25) e de 2012 (0,21).

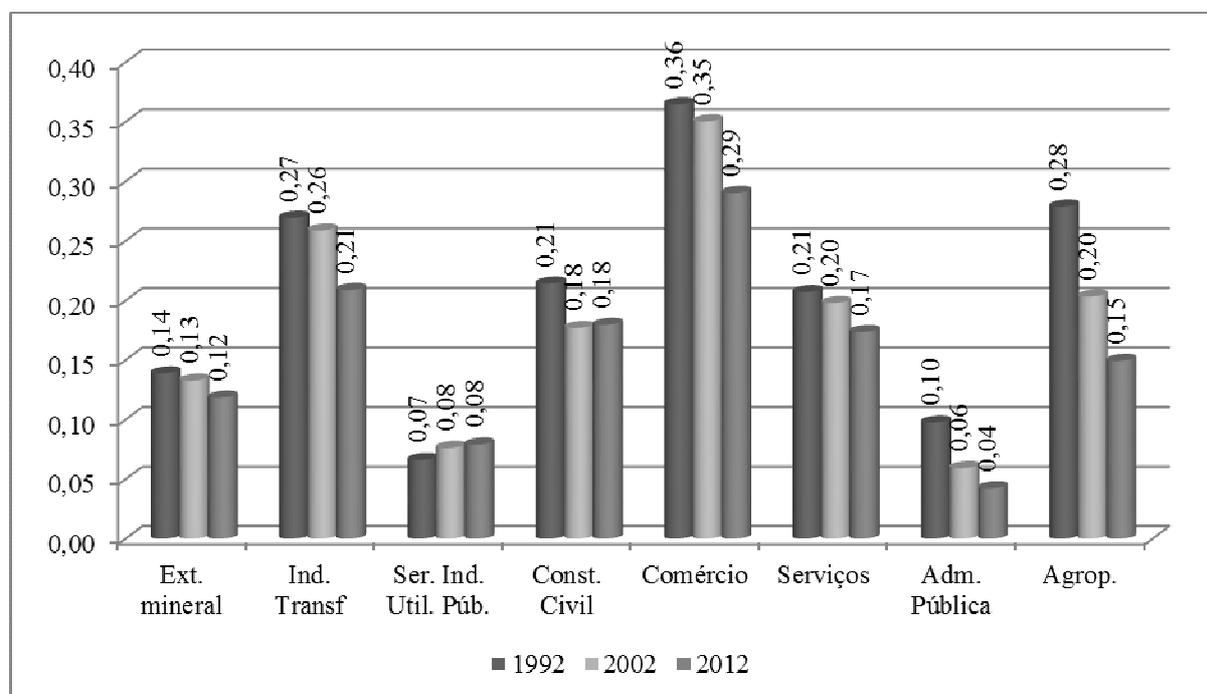


Gráfico 4: Indicador de participação relativa dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, por setor de atividade econômica – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

A agropecuária registrou queda significativa na sua participação, passou de 0,28 em 1992 para 0,15 em 2012. Só no setor de serviço de indústria de utilidade pública registraram-se, embora que levemente, elevação do índice, de 0,07 em 1992 para 0,08 em 2002 e em 2012. Ademais, a construção civil caiu de 0,21, em 1992, para 0,18, em 2002 e em 2012. Esses resultados mostram que a incidência de jovens ocupados nos postos de trabalho que permitem melhores condições de trabalhos e maiores oportunidades de ascensão social, a sua inserção é pequena. Assim, a maior incidência é registrada em setores de atividade econômica com baixo efeito propulsor na ascensão social pelo trabalho.

No que se refere ao índice de participação de jovens ocupados segundo o porte do estabelecimento, os dados do Gráfico 5 mostram concentração nos estabelecimentos de micro porte, e menor participação nas unidades produtivas de grande porte. Porém, é oportuno enfatizar que independentemente do tamanho do porte do estabelecimento, registraram-se redução do índice quando se compara o primeiro ao último ano.

No estabelecimento de micro porte, o valor do índice reduziu em 10 pontos percentuais, ao passar de 0,33 no ano de 1992, para 0,23 em 2012. Ademais, observa-se que quanto maior o porte da unidade produtiva, menor é a participação da mão de obra jovem ocupada. Portanto, a inserção da força de trabalho jovem no mercado de trabalho brasileiro, acontece com maior intensidade nos menores estabelecimentos. Possivelmente, esse resultado justifica-se devido a menor exigência quanto à experiência e qualificação da mão de obra juvenil.

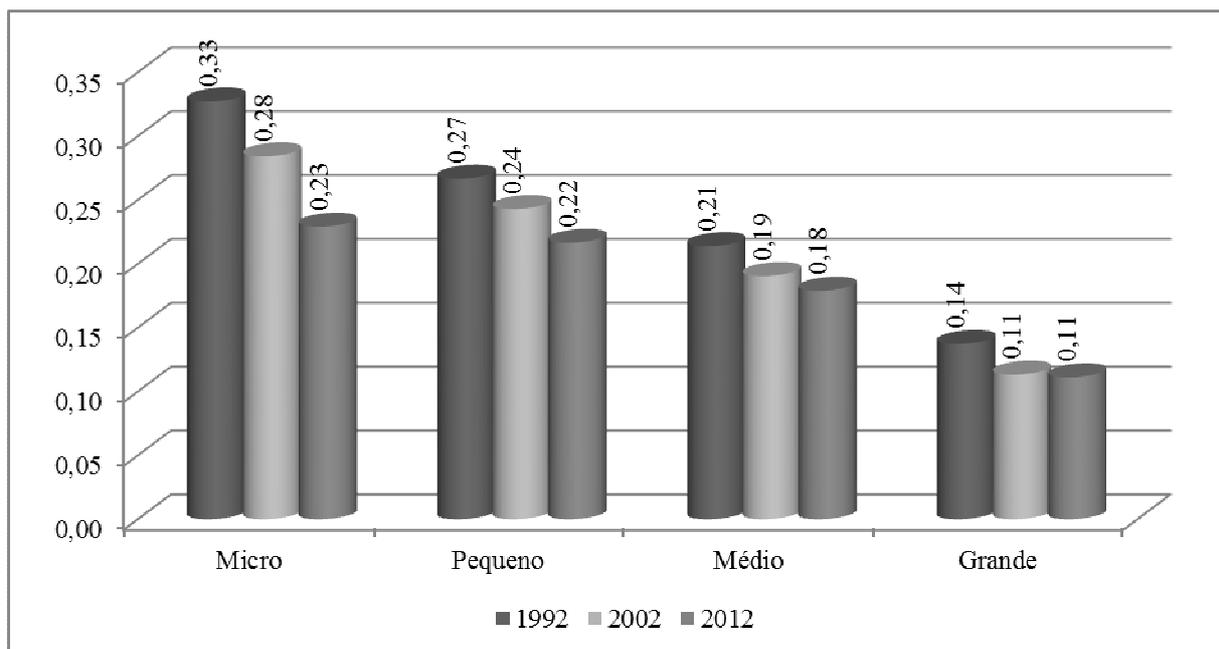


Gráfico 5: Indicador de participação relativa dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo o tamanho do estabelecimento – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

6. Caracterização demográfica e socioeconômica dos jovens ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro.

No que se refere às características demográfica e socioeconômica da força de trabalho jovem ocupada formalmente no Brasil, é possível observar algumas diferenças pontuais. No Gráfico 6 estão plotados os dados acerca do índice de participação segundo o sexo. Em todos os anos, a força de trabalho masculina apresentou indicador sutilmente mais elevado em relação à participação feminina. Ademais, reduz-se o valor do índice para ambos os sexos nos anos em observação.

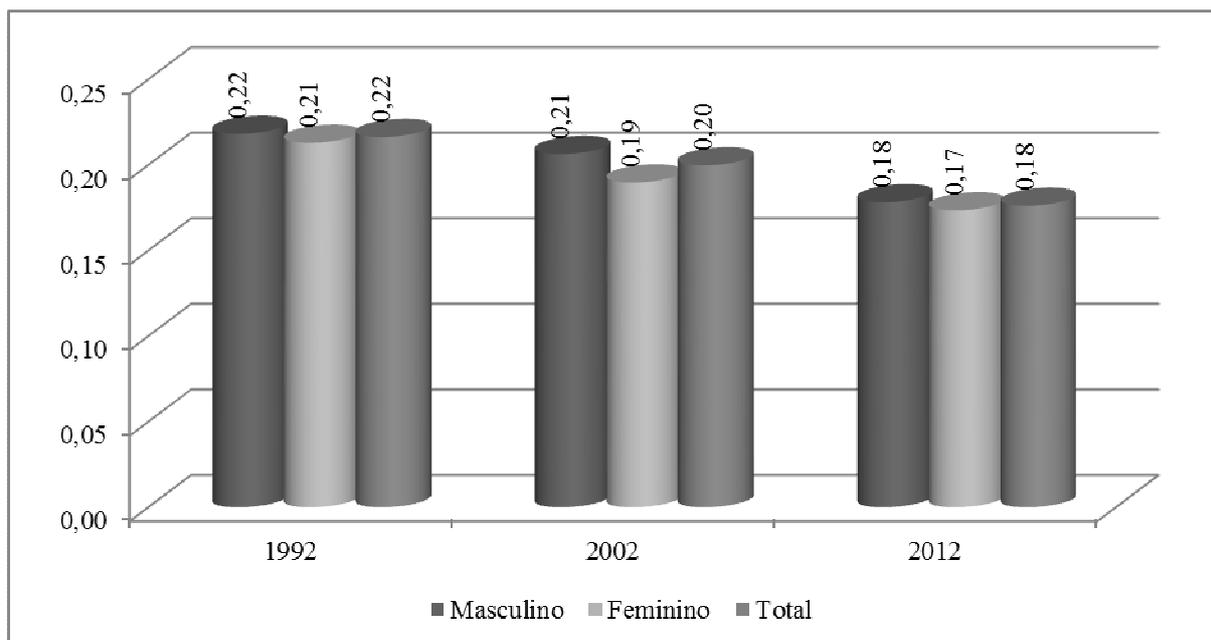


Gráfico 6: Indicador de participação dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo o sexo – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Em 1992, o indicador assumia o valor de 0,22 para a mão de obra masculina e 0,21 para a feminina, com tendência decrescente nos anos seguintes (2002 e 2012), para as duas categorias em estudo. Comparado o primeiro ao último ano, tem-se redução de 4,0 pontos percentuais para os jovens masculinos e de 4,0 pontos percentuais para a mão de obra feminina.

No que se refere ao tempo de emprego, é possível perceber a partir dos indicadores no Gráfico 7, redução para todas as faixas de tempo estabelecidas. O índice passou de 0,37 em 1992, para 0,31 em 2012, quando considerados os ocupados jovens que ficaram por menos de 1 ano em seus postos de trabalho. Para aqueles que permaneceram mais de 1 e menos de 2 anos, a queda foi mais acentuada, ao reduzir em 11 pontos percentuais, no referido intervalo. Destarte, esses dados convergem com os achados de Corseuil *et al.* (2013), bem como os de Silva Filho (2012).

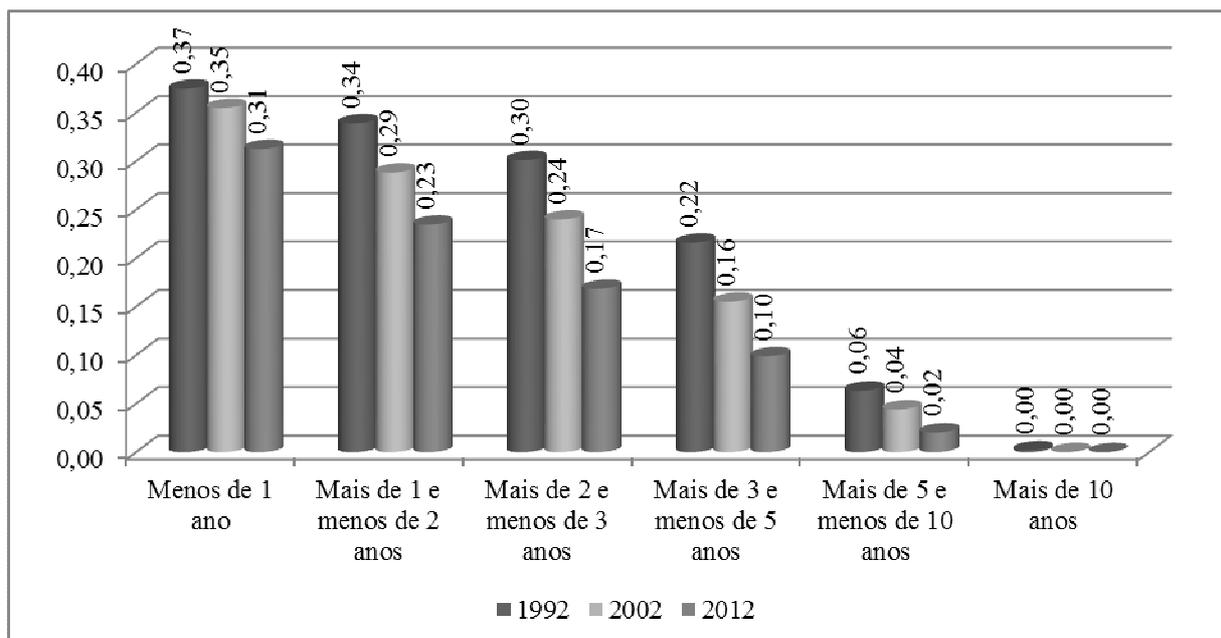


Gráfico 7: Indicador de participação dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo o tempo de permanência – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Pochmann (2007), Corseuil *et al.* (2013) e Silva Filho e Queiroz (2013) observaram elevadas taxas de rotatividade da força de trabalho jovem ocupada no Brasil. Os dados do Gráfico 7 ratificam os estudos acima mencionados, uma vez que a participação de jovens ocupados formalmente no mercado de trabalho brasileiro, diminuiu nas faixas de tempo de permanência mais elevada. Interpretando Corseuil *et al.* (2013), isso pode acarretar num problema de construção de carreira sólida, impedindo a possibilidade de melhores salários, devido a pouca experiência, ou baixo tempo de carteira assinada.

No Gráfico 8, os dados plotados referem-se ao indicador de participação dos jovens ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo a faixa de escolaridade. Os dados permitem constatar redução elevada dos ocupados nas faixas mais baixas, ao longo dos anos. Em 1992, o índice de participação de jovens analfabetos era de 0,16, diminuindo para 0,05, em 2012. Porém, foi na faixa de escolaridade do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, que se registrou a maior queda: de 0,31 em 1992, para 0,13 em 2012.

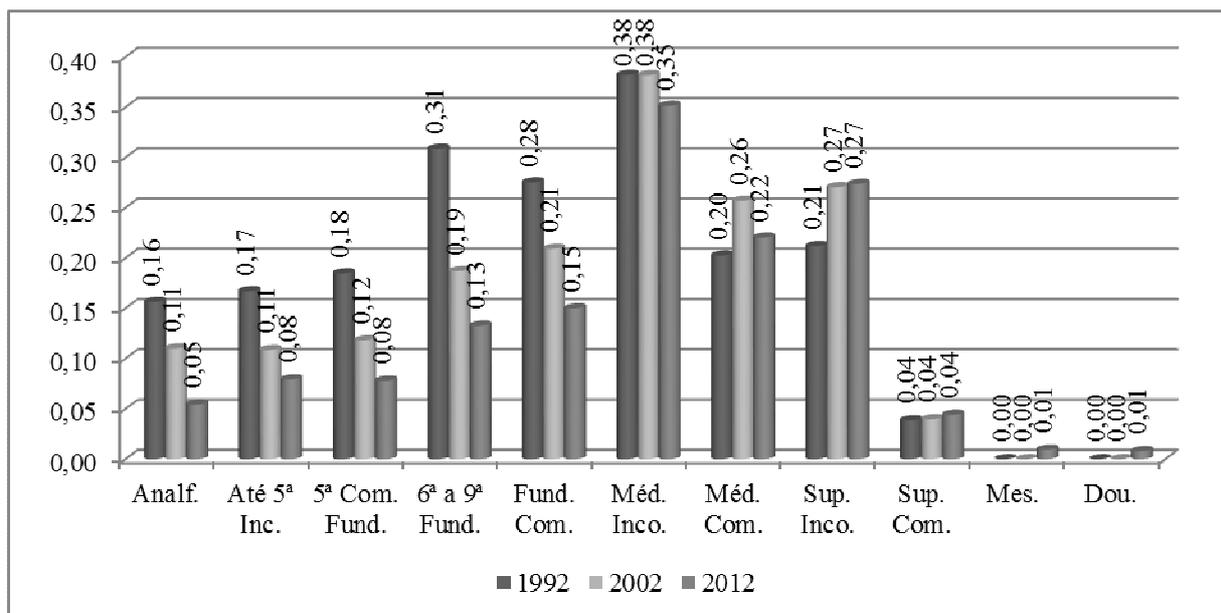


Gráfico 8: Indicador de participação dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo a escolaridade – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

Além disso, em todos os anos em observação, a maior parcela de jovens ocupados concentra-se na faixa de escolaridade de ensino médio incompleto, sendo, portanto, baixa a escolaridade do jovem empregado formalmente no mercado de trabalho brasileiro. Em 1992, o indicador de participação registrado foi de 0,38, baixando levemente para 0,35, em 2012. Nesse contexto, visualiza-se um quadro de relativa melhora na formação superior. Conforme os dados, essa foi a única faixa de escolaridade com elevação do índice, com participação de 0,21 no primeiro ano e 0,27 no último ano.

No que se refere ao indicador de participação segundo a faixa de remuneração média, os dados do Gráfico 9 acusam elevada participação nas faixas de remuneração mais baixas. Além do mais, a primeira faixa de remuneração (até 1 SM) foi a única com elevação na participação relativa de jovens ocupados. Com isso, na faixa de mais de 1,0 a 2,0 salários mínimos, houve queda do indicador, saindo de 0,33 para 0,25, entre 1992 e 2012, respectivamente. Contudo, o maior declínio aconteceu nas melhores faixas de remuneração, notadamente acima de 2,0 salários mínimos. Assim, foi possível constatar a concentração

salarial de jovens ocupados nas primeiras faixas de rendimentos e a redução nas melhores, ratificando o observado por Pochmann (2007).

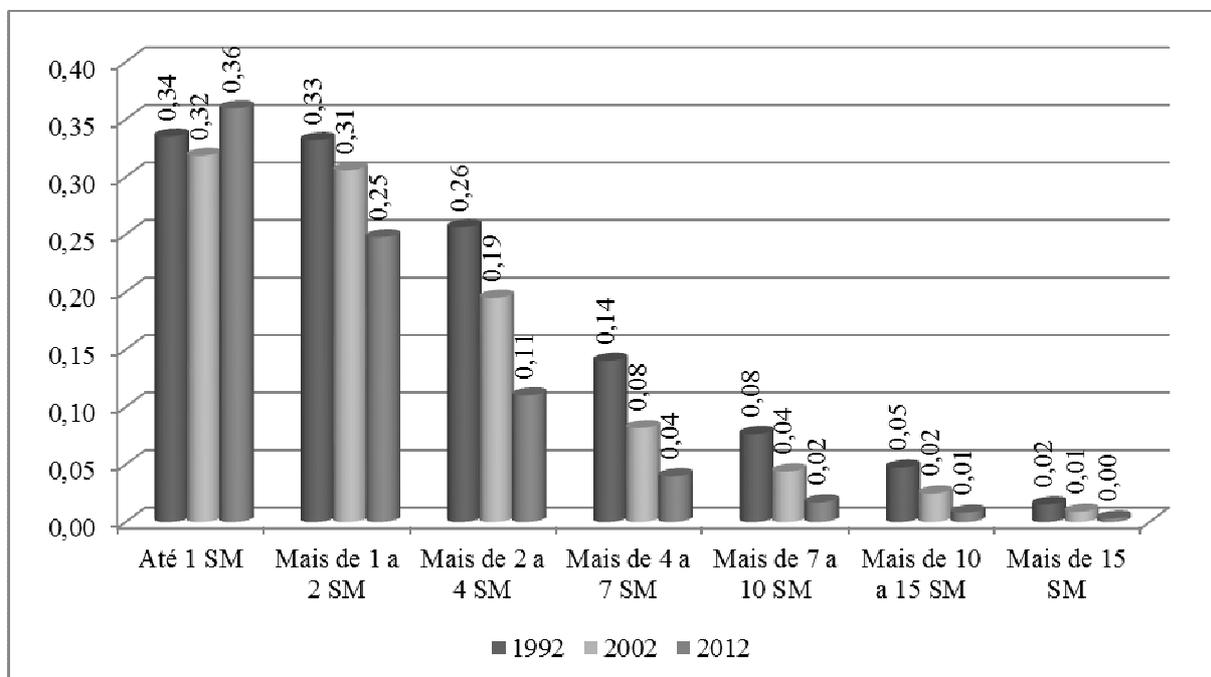


Gráfico 9: Indicador de participação dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo a faixa de remuneração – 1992/2002/2012.

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da RAIS/MTE, 2014.

7. Considerações finais

Este artigo procurou verificar se a tendência de formalização nos postos de trabalho no Brasil, observada ao longo dos anos 2000, especialmente a partir de 2004, foi acompanhada pela absorção da força de trabalho juvenil e jovem, tão penalizada durante a década de 1990.

Os principais resultados mostram que a maioria dos jovens brasileiros está empregada na região Sudeste e Sul. Contudo, foi o Nordeste que apresentou menor decréscimo relativo no índice de participação, ao longo do período em análise. Em relação aos setores de atividade econômica, as maiores demissões foram na administração pública, sendo que somente no setor da indústria de utilidade pública, observou-se variação positiva do indicador de participação relativa. No que diz respeito ao estabelecimento, a grande maioria está

empregada nas unidades de micro porte e a minoria na de grande porte, com ingressos notadamente no comércio e na indústria de transformação.

Quanto aos atributos sociodemográficos e econômicos, homens e mulheres têm participação praticamente semelhante, com ligeira vantagem para eles, não sendo possível afirmar discriminação no tocante ao sexo. A alta rotatividade ou pouco tempo de permanência nos postos de trabalho chamou a atenção, com a maioria empregada por menos de 1 ano. Em relação à escolaridade, houve melhora no nível educacional do trabalhador jovem brasileiro, porém, a grande maioria empregada formalmente tem o ensino médio incompleto, apontando relação direta com o principal setor demandante de mão de obra (comércio e indústria de transformação) que, em geral, emprega pessoas com poucos anos de estudo. A partir disso, mesmo com o aumento nos anos de estudo do jovem empregado formalmente, não houve melhora nos rendimentos da referida categoria em análise, com grande parte ganhando até 1 salário mínimo, com descenso na participação relativa nas demais faixas salariais.

Em suma, diante do cenário marcado pela intensa diminuição na participação relativa do jovem nos postos de trabalho formal no país e ingresso degradante, esse estudo mostrou que, entre os anos 1990 e 2000, houve piora na absorção juvenil na atividade laboral nacional. Isso significa que a formalização assistida durante a década de 2000, não “contagiu/atingiu” a mão de obra formal jovem, apontando para a falta de políticas de emprego voltada para essa população. Portanto, é necessário que o Governo Federal, Estadual e Municipal, organizações políticas, civis, patronais, dentre outras, elaborem políticas específicas para os jovens, que são o futuro do país.

8. Referencias bibliográfica

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G.; RIBEIRO, E. P.. A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. NOTA TÉCNICA, IPEA, mercado de trabalho nº 55 ago. 2013.

CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A.. O Mercado de Trabalho Brasileiro é Segmentado? Alterações no Perfil da Informalidade e nos Diferenciais de Salários nas Décadas de 1980 e 1990. *ESTUD. ECON.*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 867-899, outubro-dezembro 2006.

NORONHA, E. G.. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *RBCS Vol. 18 n° 53* outubro/2003.

POCHMANN, M.. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo – fevereiro de 2007.

QUEIROZ, S. N de. Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. Tese de Doutorado em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SILVA FILHO, L. A. Rotatividade no mercado de trabalho formal brasileiro. V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, Anais... 2012b.

SILVA FILHO, L. A.. Mercado de Trabalho e Estrutura Sócio-ocupacional: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008. (Dissertação de Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011, 131 p.

SILVA FILHO, L. A.; CLEMENTINO, M do L. M.. Considerações sobre o perfil sócio-ocupacional nas regiões metropolitanas do Nordeste – 2001/2008. XII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET). Anais... João Pessoa – PB, 2011.

ULYSSEA, G. Instituições e a Informalidade no Mercado de Trabalho. *Est. econ.*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 525-556, julho-setembro 2008.

ULYSSEA, G.. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n° 4 (104), pp. 596-618, outubro-dezembro/2006.